

Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano-INDSH
Unidade de Pronto Atendimento - UPA - Sandra Regina

(CNPJ 23.453.830/0020-32)

Balço Patrimonial em 31/12/2019 e 2018 - Em Reais (R\$)				Demonstração do Superávit do Exercício Findo em 31/12/2019 e do Período de 16/10 a 31/12/2018 - Em Reais (R\$)			
Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
Circulante		426.585	394.049	Circulante		540.095	323.145
Caixa e equivalentes de caixa	4	79.977	57.124	Fornecedores	7	239.479	197.840
Contas a receber	5	315.638	310.308	Obrigações trabalhistas	8	255.040	99.871
Estoques		11.964	26.617	Obrigações sociais	9	40.059	23.769
Outros créditos		19.006	-	Obrigações fiscais		5.515	1.665
Não Circulante		438.026	1.563	Não Circulante		15.000	49.595
Partes relacionadas	9	435.086	-	Outras contas a pagar	11	-	30.977
Imobilizado líquido	6	2.940	1.563	Partes relacionadas	10	15.000	18.618
Total do Ativo		864.611	395.612	Patrimônio Líquido	12	309.516	22.872
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício Findo em 31/12/2019 e do Período de 16/10 a 31/12/2018 - Em Reais (R\$)				Patrimônio social			
				Superávit acumulado			
				Total do Passivo e do Patrimônio Líquido			
				864.611 395.612			
				e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. b) Estoques: São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. c) Ativo imobilizado: Os imobilizados de gestão pública são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. d) Ativo intangível: Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, reflete os custos com direitos de uso de software. e) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais e tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. f) Julgamentos e estimativas: A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. Provisões para riscos judiciais: A Entidade reconhece, quando identificadas, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa: É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. g) Apuração do Superávit/Déficit: O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. h) Reconhecimento de receitas: As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. i) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. j) Ajuste ao valor presente de ativos e passivos: Nas demonstrações contábeis de 2018 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. l) Patrimônio líquido: Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital			
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício Findo em 31/12/2019 e do Período de 16/10 a 31/12/2018 - Em Reais (R\$)				Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto do Exercício Findo em 31/12/2019 e do Período de 16/10 a 31/12/2018 - Em Reais (R\$)			
1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: A Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 Horas está habilitada como porte I - opção III pela Portaria 10, de 03 de janeiro de 2017, do Ministério da Saúde. A unidade possui capacidade operacional para 10 (dez) leitos distribuídos entre leitos de observação adulto feminino e masculino e leitos de emergência, o atendimento é voltado exclusivamente ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia. A Unidade de Pronto Atendimento está situada na Rod. Duque de Caxias, S/N, São Francisco do Sul - SC. b) Contrato de Gestão: O contrato de gestão da Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 Horas foi firmado em 16 de outubro de 2018. O Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), realiza a gestão por meio de contrato n.º 013/2019, vigente até 13/04/2024, com renovações anuais. O INDSH é uma Entidade de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:				Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Âmbito				de 16/10 a 31/12/2018			
Legislação				2019 31/12/2018			
Publicação				286.644 21.465			
Federal	Decreto Federal nº 8.080/90	DOU de 19/09/1990	Ajustes para reconciliar o resultado				
Estadual	Lei Estadual nº 8.666/1993	DOE de 21/06/1993	Depreciação/amortizações				
Municipal	Lei Municipal nº 1263	DOM de 24/11/2011	423 27				
A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja manutenção foi deferida para o triênio 1º janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020, pela portaria nº 78 de 18.01.2018, pelo Ministério da Saúde. c) Impactos da COVID-19 nas operações: A Entidade vem promovendo o treinamento de seus profissionais e prestadores de serviços acerca dos procedimentos de identificação, controle e tratamento de eventuais pacientes diagnosticados com o COVID-19. A Administração julga não haver fatores que impliquem em impactos imediatos e significativos nas operações de gestão da UPA, porém atua estrategicamente, em conjunto com o ente público, com foco na saúde básica do estado, afim de isolar os pacientes que OMS - Organização Mundial da Saúde julga serem de risco. 2. Apresentações das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 20 de abril de 2020. d.4. Base de mensuração e apresentação: As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas a seguir. d.4. Moeda funcional e de apresentação: Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. 2.4. Principais práticas contábeis: a) Caixa e equivalente de caixa: São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez				Superávit ajustado			
				287.067 21.492			
				Variáveis no circulante das contas de ativo e passivo			
				176.290 18.604			
				Aumento dos créditos - circulante			
				(24.336) (310.308)			
				Redução / (Aumento) de estoques			
				14.653 (26.617)			
				Aumento de fornecedores			
				41.639 197.840			
				Aumento de obrigações trabalhistas			
				155.170 99.871			
				Aumento de obrigações sociais			
				16.290 23.769			
				Aumento de obrigações tributárias			
				3.851 1.665			
				Aumento do passivo não-circulante			
				(30.977) 30.977			
				Transferências patrimoniais			
				- 1.407			
				Caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
				463.357 40.096			
				Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento			
				(1.800) (1.590)			
				Aquisição de imobilizado			
				(1.800) (1.590)			
				Caixa líquido (aplicado nas)/proveniente das atividades de financiamento			
				(438.704) 18.618			
				Partes relacionadas			
				(438.704) 18.618			
				Aumento no caixa e equivalentes de caixa			
				22.853 57.124			
				Variável em caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)			
				Saldo existente no início do exercício / período			
				57.124 -			
				Saldo existente no final do exercício / período			
				79.977 57.124			
				Aumento no caixa e equivalentes de caixa			
				22.853 57.124			
				Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. m) Demonstrações dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. 3. Gestão de Risco: A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros. Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento. Risco de liquidez: As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações de recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade.			
				4. Caixa e Equivalentes de Caixa			
				2019 2018			
				Aplicações financeiras de liquidez imediata			
				79.977 57.124			
				79.977 57.124			

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento determinado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço.

5. Contas Receber: O montante refere-se a contas a receber de contrato de gestão emergencial com a Secretaria de Saúde do Município de São Francisco do Sul - SC.

	2019	2018
Contrato de gestão emergencial	315.638	310.308
	315.638	310.308

6. Imobilizado: Imobilizado do contrato de Gestão e com recursos próprios/investimento:

	Eqptos de informática		Instalações	Total
	20%	10%		
Saldo em 31/12/2018				
Saldo inicial	-	-	-	-
Adições	1.590	-	-	1.590
Depreciação	(27)	-	(27)	
Saldo Final	1.563			1.563
Saldo em 31/12/2019				
Saldo inicial	1.563	-	-	1.563
Aquisição	-	1.800	1.800	
Depreciação	(318)	(105)	(423)	
Saldo final	1.245	1.695	2.940	
7. Fornecedores		2019	2018	
Materiais e medicamentos		1.015	1.710	
Serviços		64.122	21.514	
Serviços médicos		174.342	174.616	
		239.479	197.840	
8. Obrigações Trabalhistas		2019	2018	
Obrigações trabalhistas		103.871	86.862	
Provisão férias		139.972	12.046	
Provisões FGTS s/ férias		11.198	963	
Total		255.041	99.871	

9. Obrigações Sociais

	2019	2018
INSS a recolher	9.677	10.478
FGTS a recolher	14.296	8.713
IRRF s/ folha a recolher	12.679	3.728
Contr. Sindical	3.407	850
Total	40.059	23.769

10. Partes Relacionadas: Em 2019, o montante a receber de R\$ 435.086 refere-se a contas a receber com hospital relacionado sob a mesma gestão. O saldo a pagar de R\$ 15.000 (R\$ 18.618 em 2018) refere-se contas a pagar para os serviços da gestão.

11. Outras Contas a Pagar: O valor de R\$ 30.977, apresentado em rubrica de outras contas a pagar, refere-se a estoques de materiais e medicamentos, pertencente ao Município de São Francisco do Sul/SC, os quais foram absorvidos na operacionalização da gestão emergencial da unidade. O valor foi considerado no passivo não circulante, uma vez que deverá ser repassado ao Município ao após o término da gestão.

12. Patrimônio Líquido: O Patrimônio Social é acrescido de excedentes de receitas sobre despesas (superávit) ou deduzidos por insuficiências (déficit).

13. Despesas Gerais e Administrativas

	2019	31/12/2018
Serviços de gestão	(191.244)	(27.219)
Locação de Máquinas e Equipamentos	(14.747)	(1.890)
Água e esgoto	(6.307)	(750)
Energia elétrica	(72.468)	(7.532)
Outros	(24.250)	(259)
	(309.016)	(37.650)

14. Renúncia Fiscal: A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, 3 em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

tes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

	2019	31/12/2018
Cota patronal	302.072	28.823
Terceiros	82.501	8.358
RAT/SAT	28.449	2.882
Total INSS	413.021	40.063
COFINS	114.880	13.609
Total	527.901	53.672

15. Cobertura de Seguros: Em 2019, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos. **16. Instrumentos Financeiros:** A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2019	2018
Aplicações financeiras	79.977	57.124
Contas a receber	315.638	310.308
Total ativos financeiros	395.614	367.432
Fornecedores	239.479	197.840
Total passivos financeiros	239.479	197.840

17. Eventos Subsequentes: O Contrato de gestão 013/2019, junto à Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, foi renovado por mais 12 meses, em abril de 2020. São Francisco do Sul/SC, 20 de abril de 2020.

Clemência Moreira de Souza - Diretora Executiva - CPF: 553.218.289-20

Bruno Ricardo Barbosa Martins - Contador - CRC CT - SP - 271145/O-7

Relatório dos Auditores Independentes

sobre as Demonstrações Contábeis

A Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - Unidade de Pronto Atendimento - Sandra Regina - São Francisco do Sul - SC. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Unidade de Pronto Atendimento - Sandra Regina, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Unidade de Pronto Atendimento - Sandra Regina, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. • Provisão ou baixa para créditos de liquidação duvidosa. A estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e/ou reconhecimento da perda recebíveis com baixa perspectiva de recebimento envolve alto nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ou baixa de recebíveis envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis incerteza de recebimento e renegociação com ente público. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: (i) Análise das políticas de cobrança, renegociação e discussão junto ao ente público; (ii)

entendimento sobre os controles gerenciais em validação aos descontos promovidos pelo ente público, bem como a avaliação do cumprimento de métricas contratuais e (iii) Análise sobre a perspectiva da Administração sobre o recebimento dos valores contratuais. Com base nos procedimentos aplicados, entendemos pela adequação dos controles e critérios adotados pela Administração para a determinação da classificação do contas a receber junto a Prefeitura de São Francisco do Sul no ativo circulante. **Ênfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos: i) Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente, quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceita fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis. ii) A Entidade mantém transações irrelevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. **Outros assuntos:** i) Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 22 de abril de 2019, sem modificações. ii) Conforme descrito na nota explicativa 1(c), a Entidade vem promovendo treinamentos e preparo de sua estrutura para atendimento de demandas de saúde relacionadas à COVID-19. A Administração julga não haver fatores que impliquem em impactos imediatos e significativos nas operações de gestão da Unidade, concluindo por não ser necessário realizar provisões adicionais ou reavaliação da estrutura do contrato de gestão. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alter-

nativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das demonstrações contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade. >

